

Capítulo 6. «#MeToo, és tu?»: Incertezas ativistas ontológicas por entre tensões e re-mobilizações portuguesas contra a violência de género no Twitter^a

Daniel Cardoso

Ana Sofia Pereira

Carla Delgado

Carla Cerqueira

Célia Taborda

Uma componente fundamental do ativismo é a sua capacidade de capturar a atenção da esfera pública para mobilizar a ação da sociedade civil, de forma a tentar mudar as estruturas políticas e jurídicas que regulam a *polis*. Por conseguinte, alterações de fundo nos processos de produção de visibilidade — de discurso e de ação — irão ter profundos impactos no ativismo. Ora, poucas coisas terão tido mais impacto nesses processos do que a Revolução Tripla (Wellman & Rainie, 2013): internet ubíqua, redes sociais e *smartphones*.

Com essas transformações técnicas e concomitantes mudanças na *praxis* ativista, tornou-se então necessário entender como é que o ativismo — neste caso, o ativismo feminista — se organiza, se produz, mas também se entende a si mesmo, e como é que essa compreensão passa também por analisar o contexto socio-histórico dentro do qual as tecnologias são adotadas e mobilizadas.

Este capítulo, enquadrado no projeto de investigação FEMglocal, começa por explorar o conceito de ativismo e as transformações que o uso de tecnologias digitais trouxe ao mesmo. De seguida, apresenta uma breve exploração histórica sobre os feminismos em Portugal e o impacto da tecnologização nessa mesma história. A partir daí, debruça-se sobre um dos mais conhecidos casos de ativismo digital das últimas duas décadas: o #MeToo. Tendo em conta a historização do uso da *hashtag* em Portugal (ou em articulação com Portugal), procura-se responder à seguinte pergunta de investigação principal: como é que a negociação discursiva, no Twitter, de um devir #MeToo em Portugal pode ajudar a compreender o ativismo feminista português contra a violência de

^a Este capítulo foi desenvolvido no âmbito do projeto “FEMglocal – Movimentos Feministas locais: interações e contradições” (PTDC/COM-CSS/4049/2021 / DOI 10.54499/PTDC/COM-CSS/4049/2021), financiado por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

género, enquanto fenómeno glocal? Ou seja, pretende-se compreender como se processa a circulação e apropriação glocal de conceitos e estratégias, e as formas como essa glocalização pode contribuir para uma instabilidade ontológica do ativismo, até para as pessoas que o fazem.

Ativismo (com *hashtags*) e histórias pessoais

Em *Letters to a Young Activist*, Gitlin escreve:

A história não é (ou não apenas) algo que outras pessoas fazem. As minhas ações e as suas estão no cerne da questão. [...] Assim, ativista, embora não seja uma palavra bonita, é útil porque nos lembra que o mundo não só existe, como é construído: Os seres humanos fazem história [...] (Gitlin, 2012, p. 5).¹

Entendido desta forma, o termo «ativismo» diz respeito à capacidade e ao potencial de agir/atuar em prol da mudança da História, do «fazer» da História (Cammaerts, 2007); refere-se a ações de carácter diverso (individuais e coletivas), posicionadas fora do poder político institucionalizado, e à margem de convenções socioculturais, que procuram promover uma mudança em nome de uma causa (política, social, ambiental, religiosa) (Martin, 2007). O conceito de ativismo, é, todavia, mais plural do que estas aceções, difícil de reduzir a definições unívocas e/ou estanques.

Ainda que não tenham, em si mesmos, uma conotação ideológica específica, é importante notar que os termos «ativista» e «ativismo», ao contrário de outros que são usados de forma ocasionalmente intermutável com aqueles (e.g., o de «movimentos sociais») têm, desde os seus primórdios enquanto termos não-académicos, um peso moral, crítico, negativo, associado a movimentos de esquerda ou, mais geralmente, não-conservador (Taylor, 2016). Isto não quer dizer — e a investigação demonstra-o claramente (Schradié, 2019) — que os movimentos sociais (às vezes associados ao conceito de ativismo, outras vezes não) tenham todos esse pendor. Aliás, o ímpeto conservador que se manifesta atualmente em muitos dos movimentos sociais com maior visibilidade (Schradié, 2019) é particularmente notório no que diz respeito ao ativismo digital, sobre o qual nos debruçamos neste capítulo.

Com o advento das novas tecnologias como «fontes de poder e contrapoder, de dominação e mudança social» (Castells, 2007, p. 238), as iniciativas ativistas

¹ Todas as transcrições de fontes originais em línguas estrangeiras foram traduzidas pelos autores do capítulo.

transnacionais têm ganho maior proeminência (como foi o caso do #MeToo), e as práticas ativistas têm vindo a adotar novas e mais variadas configurações e características, distintas dos padrões convencionais das ações coletivas dos séculos XIX e XX (Babo & Silva, 2015, p. 425). Os ambientes digitais e o ativismo *online* permitiram que movimentos sociais emergissem, crescessem e se expandissem para lá das suas fronteiras locais, criando novas formas de poder mais inclusivas e descentralizadas (Hansson et al., 2021). As redes sociais tomaram um papel central nas estratégias de comunicação de movimentos ativistas sociais, promovendo novas formas de ação conectiva ou de ação digital em rede (DNA – Digital Networks Action), que Bennett & Segerberg (2012) distinguem de ação coletiva convencional. A ação coletiva enfatizaria o papel de indivíduos na persecução de um «bem comum», estando associada a níveis organizacionais mais evidentes e à formação de identidades coletivas. A ação conectiva, por seu turno, teria uma lógica e dinâmicas próprias, de natureza mais descentralizada e assentes na criação e partilha de conteúdos personalizados nas redes sociais, sem a necessidade de se pertencer a organizações formais. Ambos os tipos de ação (coletiva e conectiva) têm tido expressão digital; porém, tem sido através de partilhas pessoais e personalizadas nas redes sociais que movimentos como o #MeToo têm ganho expressão transnacional. Gerbaudo (2012) identifica como, com o advento das redes sociais, se assistiu ao emergir de organizações «líquidas». Nestes casos, refere Ahmed Samih (citado por Gerbaudo, 2012, p. 136), uma pessoa já não é membro de uma organização, mas de uma causa ou movimento. Organizações líquidas reforçariam, pois, a importância de um envolvimento direto e de um engajamento autêntico de indivíduos (p. 138). Mesmo a forma como os movimentos se organizam requer, agora, a compreensão das relações interpessoais envolvidas (D. Cardoso, 2019).

Na medida em que estas redes estão menos limitadas por constrangimentos geográficos, tornam-se possíveis formas de organização e ação social que rapidamente se difundem, adaptam e geram sinergias não necessariamente antecipadas ou pretendidas aquando da génese de um dado movimento (Berger & Scalmer, 2018). Della Porta e Tarrow (2005, p. 2) apontam três eixos transformativos específicos destes processos de transnacionalização dos movimentos: «difusão» (a passagem de ideias e problemáticas além-fronteiras), «domesticação» (a adoção de temáticas e problemáticas de uma forma que se centra na sua expressão nacional) e «externalização» (o apelo a instituições supranacionais para intervir em problemas nacionalmente situados).

A utilização das redes sociais para comunicar e difundir ideias, alcançar públicos mais diversos, promover engajamento, debate e consciencialização cívica e social, bem como para dar maior visibilidade às agendas e mensagens de movimentos (Baik et al., 2022), tem crescido. Neste sentido, o ativismo *hashtag* é usado como ferramenta para gerar maior atividade nas redes sociais, chamando a atenção dos *media* tradicionais e promovendo a visibilidade de causas e/ou movimentos na esfera pública (Baik et al., 2022). As infraestruturas que suportam este tipo de ativismo digital, e movimentos que dele se servem, ajudam a contornar práticas organizacionais formais, reduzindo o custo de participação política (Hansson et al., 2021, p. 618), e potenciando a sua imediatez. No caso do ativismo feminista digital, ou ciberfeminismo, as novas tecnologias digitais emergentes têm sido usadas como espaços de encontro, resistência e reivindicação contra o patriarcado (Castillo de Mesa et al., 2021), bem como de promoção de conversas interseccionais (Baer, 2016), em conexão com práticas e contextos prévios.

Não obstante, e como já mencionado, existem várias razões pelas quais os movimentos sociais mais estruturados, mais hierarquicamente organizados, e com mais recursos, têm maior capacidade de projeção. Schradie (2019) considera que o viés pró-equidade que existe em boa parte da teorização sobre ativismos digitais está ligado a narrativas prevalentes sobre a origem e natureza dos meios digitais (em especial da internet), que não encontram base no seu funcionamento atual. Críticas do mesmo teor podem ser encontradas, por exemplo, em Crary (2014, 2022) e em van Doorn (2017, 2023), bem como uma diferenciação entre o papel da tecnologia e o papel do capitalismo a agir na tecnologia (Fuchs, 2011). Não obstante, e ainda que a contracorrente, a diminuição — situacional, irregular, e cada vez menos estruturalmente presente — de constrangimentos na circulação de informação contestatária tem possibilitado modos, processos e efeitos de ação social até então inauditos.

O caso do #MeToo, lá e cá

O #MeToo é um dos movimentos de ciberativismo e de ciberfeminismo com maior expressão mediática dos últimos anos (e.g., Fileborn & Loney-Howes, 2019; Loney-Howes et al., 2022; Mendes et al., 2018). Lançado em 2006 pela ativista afro-americana Tarana Burke, apenas em 2017 ganhou atenção transnacional, tornando-se viral e em feminismo *hashtag*, na sequência de uma publicação feita no *Twitter* pela atriz Alyssa Milano onde se lia, no original: «Se foste alvo de assédio ou violência sexual, escreve “Eu também” em resposta a este tweet». No espaço de 24 horas, 53.000 pessoas,

principalmente mulheres, responderam a este apelo, comentando o *tweet* e partilhando experiências pessoais de assédio e/ou violência sexual com a *hashtag* (#) MeToo (Kaufman et al., 2021).

Concebido originalmente como um movimento de apoio e capacitação de mulheres negras alvo de assédio e violência sexual (Boyd & McEwan, 2022), quando ganha uma dimensão viral e ciberativista, o movimento ressignifica-se. Se, por um lado, contribui para a partilha e discussão de temas usualmente mantidos em silêncio, tais como os do assédio e da violência sexuais (Nau et al., 2022; Prata, 2021); por outro, potencia a apropriação do movimento por mulheres brancas, de classe média e alta, atraentes e tendencialmente jovens, suscitando questões quanto aos lugares de privilégio que mais facilmente tomam parte do #MeToo (Boyd & McEwan, 2022; Clark-Parsons, 2021).

O uso da *hashtag*, prática comum do ciberativismo e do ciberfeminismo, contribuiu para que o #MeToo se expandisse localmente e globalmente (Hansson et al., 2021). A sua utilização promove maior atividade e engajamento nas redes sociais (Clark-Parsons, 2021), facilitando a disseminação do movimento de forma transversal a diversas plataformas e canais mediáticos, e potenciando o debate de temas na esfera pública (Baik et al., 2022). A difusão digital através da *hashtag* levou à captação do movimento por parte dos *media* (De Benedictis et al., 2019; Nilsson & Lundgren, 2021; Starkey et al., 2019) e à sua catapultação para o espaço público, dando-lhe uma dimensão global e transnacional sem precedentes (Nau et al., 2022), com ações coletivas de rua nos Estados Unidos e pelo mundo, em países que, entretanto, adotaram *hashtags* nacionais.

Em Portugal, contudo, a história do #MeToo é mais contida. Aqui, o #MeToo foi recebido de forma complexa e controversa, merecendo pouco destaque na esfera pública e levando a uma produção científica esparsa, que só pontualmente se dedicou a analisar as especificidades nacionais do movimento, maioritariamente examinando a sua expressão nos *media* (Almeida, 2019; Cerqueira et al., 2023; Garraio et al., 2020; Luppi, 2021; Magalhães, 2021; Prata, 2021; Roqueta-Fernández & Caldeira, 2023; Silveirinha et al., 2020; Sweeny, 2020). Conotado como um fenómeno maioritariamente americano, com pouca apropriação portuguesa (Garraio et al., 2020), o número de denúncias em Portugal foi parco, o que poderá estar ligado à história nacional dos feminismos e ao conservadorismo português.

Os feminismos e Portugal têm mantido uma relação complexa marcada por avanços e retrocessos ao longo da História. Emergindo na Primeira República (1910–1934), o feminismo enquadrava-se nos princípios republicanos que visavam incluir as

mulheres na sociedade. Porém, o que de facto aconteceu foi que as promessas feitas às mulheres foram rapidamente esquecidas (Mariano, 2011). Ainda assim, foi neste período que foram fundadas organizações feministas, como a Liga Republicana das Mulheres, contribuindo para a visibilização e ação coletiva das mulheres, que se centrava no direito ao voto e à educação. Durante a ditadura do Estado Novo, os feminismos em Portugal foram novamente reprimidos, diluindo-se as lutas feministas nas lutas antifascistas (M. Tavares, 2011). A democracia trouxe um novo despertar para os feminismos, com movimentos a surgirem em prol da despenalização do aborto, da igualdade no trabalho e do combate à violência de género. Os feminismos portugueses contemporâneos tentam hoje acompanhar os ativismos feministas internacionais, em termos de mobilização e de ação. Usam o digital e manifestam-se nas ruas, colocando nas suas agendas as lutas dos feminismos globais, ainda que estejam presentes as dinâmicas e singularidades do ativismo local, como no caso do #MeToo. Assim, o contexto histórico nacional tem exercido influência na forma como este movimento se tem adaptado à realidade portuguesa, fazendo, por exemplo, com que não seja hábito, em Portugal, as mulheres falarem em voz própria (Gouveia, 2021). O feminismo *hashtag* é também ainda pouco utilizado nacionalmente (Garraio et al., 2020), sendo o Twitter (onde o #MeToo inicialmente se propagou) a rede social com menor adesão por parte dos portugueses (à exceção do Tumblr) em 2017, ano em que o movimento se tornou viral; segundo um inquérito a utilizadores da internet entre os 16 e os 64 anos, apenas 23% das pessoas diziam usar o Twitter (*DIGITAL 2018: PORTUGAL*, 2018). Comparativamente a outros países, em que foram adotadas *hashtags* nacionais, o movimento deixou marcas mais ténues em Portugal, com outras *hashtags* (como #EuTambém) a serem pouco utilizadas.

Nos seus primórdios, quando chegou a Portugal no rescaldo das denúncias feitas nos Estados Unidos, a esfera pública e o espaço mediático português pareceram demonstrar apoio às vítimas/sobreviventes estrangeiras que delatavam os seus agressores. Porém, a forma como o movimento viria a ser encarado no contexto nacional sofreria grandes alterações em 2018, quando o movimento começa a ter expressão verdadeiramente nacional após um «herói nacional» (Garraio et al., 2020; Silveirinha et al., 2020) ter sido acusado de violação: Cristiano Ronaldo. Em setembro desse ano, foi instaurado um processo cível contra ele por alegada violação da modelo norte-americana Kathryn Mayorga, que teria ocorrido em Las Vegas em 2009, sendo noticiada primeiramente pela revista alemã *Der Spiegel*. Cristiano Ronaldo viria a ser ilibado das acusações.

A denúncia feita por Katheryn Mayorga contra o jogador de futebol português marcaria o momento em que o #MeToo (como fenómeno nacional) chega a Portugal. Este caso recebeu extensa cobertura mediática, com os meios de comunicação e líderes políticos a adotarem discursos predominantes de desculpabilização do jogador e de confiança na sua inocência. Consequentemente, a reação quanto ao movimento passou a ser de descrédito e de desconfiança, levando o foco do debate a ser colocado, não sobre o assédio e a violência sexual em si, mas sobre a definição desses conceitos (Sweeny, 2020); sobre isto consultar também Garraio et al. (2020) e Silveirinha et al. (2020).

Para além do caso Mayorga vs. Ronaldo, só em 2021, fruto de uma acusação feita pela atriz Sofia Arruda no programa de televisão *Alta Definição*, é espoletada uma nova onda de denúncias. O movimento ganha renovado fôlego, sendo considerado pelos *media* o ano em que o #MeToo chega a Portugal (Afonso, 2021; Cantinho, 2021; Gouveia, 2021; Pinto, 2021; Ropio et al., 2021).

A investigação existente poderia então levar-nos a pensar o #MeToo em Portugal como estando dividido em duas vagas: as de 2018, com o caso Mayorga vs. Ronaldo (Sweeny, 2020); e a de 2021, com o caso de Sofia Arruda, ambas recebidas de forma controversa e ambivalente (Cerqueira et al., 2023). Porém, escasseia ainda produção científica que explore o renascer do #MeToo em Portugal, as contingências políticas e sociais situadas e situacionais (Silveirinha et al., 2020) do movimento, bem como as formas como se exprime não só nos *media*, mas também nas redes sociais (em especial no Twitter) (cf. Roqueta-Fernández & Caldeira, 2023). Nesse sentido, procuramos neste capítulo olhar de forma abrangente para as mobilizações várias da *hashtag* #MeToo no Twitter, de modo a compreender se a narrativa organizada em torno de duas «vagas» faz sentido; e como é que a perceção e a discursivização da natureza do movimento pode ajudar a entender a sua própria expressão, bem como o seu devir.

Metodologia

O foco principal deste artigo é a compreensão do uso da *hashtag* #MeToo (e sua equivalente lusófona, #EuTambém) no Twitter em Portugal. Essa compreensão, por sua vez, divide-se em dois objetivos: 1) a historicização da circulação e mobilização desta *hashtag*, tanto quantitativa quanto qualitativa (i.e., quão intenso tem sido o seu uso, e como foi usada); 2) a construção discursiva feita em torno da natureza e existência (ou não) de um «verdadeiro» #MeToo em Portugal.

Assim, a nossa pergunta de investigação principal é: como é que a negociação discursiva de um devir #MeToo em Portugal no Twitter pode ajudar a compreender o ativismo feminista português contra a violência de género enquanto um fenómeno glocal?

Os dados aqui em análise foram extraídos do Twitter utilizando o software 4cat e as *hashtags* #MeToo e #EuTambém, desde que com georreferenciação para Portugal, e/ou com alguma referência textual a Portugal,² sem data de início, e com data de fim em dezembro de 2022 (inclusive). Com a *hashtag* #MeToo foram obtidos 2015 *tweets* dos quais 383 foram removidos por não se encontrarem relacionados com o tema em estudo. Com o #EuTambém foram obtidos 17 *tweets*, dos quais 6 foram retirados por não serem tematicamente relevantes para esta investigação. Posto isto, fundiram-se todos os *tweets* relevantes num único *corpus*, o que fez um total de 1643, entre o período de outubro de 2017 e dezembro de 2022. Este *dataset* final contém informações como: identificação pseudonimizada de quem publicou e da respetiva interação, conteúdo do *tweet*, data da sua publicação e idioma. A análise deste *dataset* foi feita com recurso aos *softwares* livres de estatística e de análise de redes *R*, *Rstudio* e *Gephi*. Na apresentação e discussão dos dados, na secção seguinte, são identificados e justificados os pacotes e algoritmos utilizados.

Para garantir o máximo de proteção durante a recolha de dados, a própria recolha foi feita já com os dados pseudoanonimizados pelo sistema 4cat. Escusar-nos-emos também de fazer citações diretas de *tweets*. Estas decisões foram tomadas em função de vários fatores de ordem ética: 1) não é possível a obtenção de consentimento informado das pessoas cujos *tweets* foram recolhidos pelo nosso processo; 2) o tema do trabalho lida com questões consideradas socialmente sensíveis e potencialmente perigosas (e.g., violência sexual, riscos de represálias judiciais ou pessoais); 3) o uso de dados recolhidos no Twitter (em especial o conteúdo dos *tweets*) altera radicalmente o contexto de enunciação expectável associado aos mesmos, e portanto a sua visibilidade, assim obrigando ao máximo de cuidado com os dados usados.

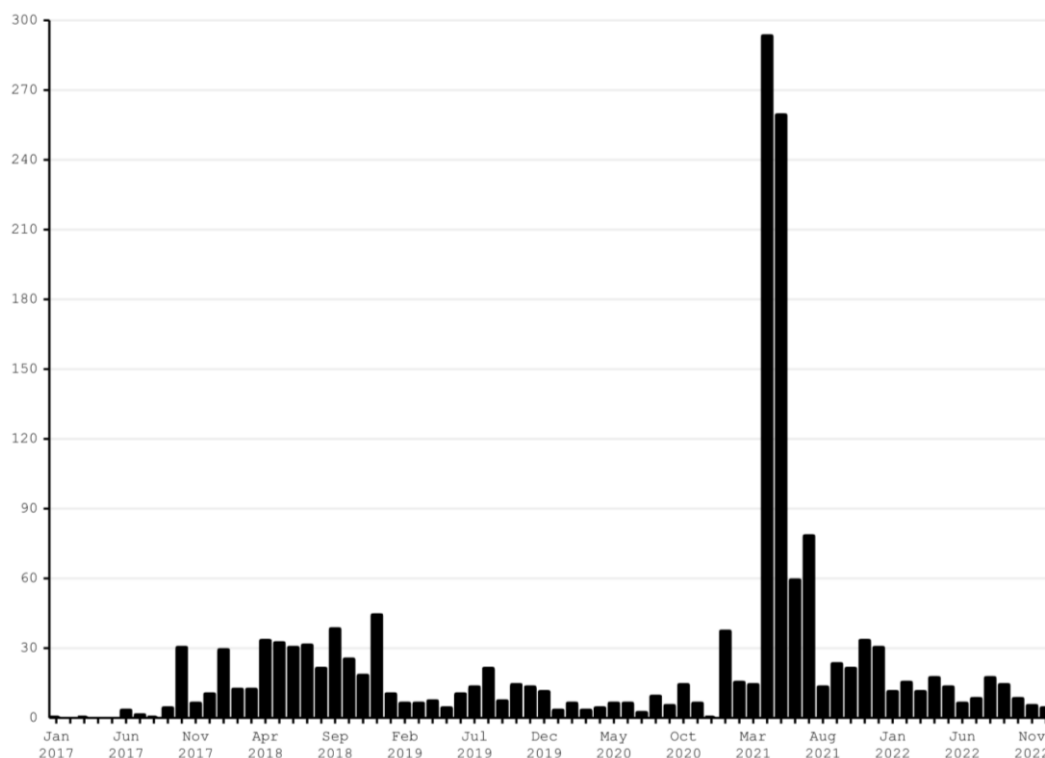
² Usaram-se os seguintes argumentos de busca: (Metoo place_country:PT OR (Metoo Portugal)) OR (Eutambém place_country:PT OR (Eutambém Portugal))

Quem fala sobre o quê, com quem?

#MeToo em Portugal: A história possível

Ao contrário do que a literatura aponta, e pensando no sentido estrito e técnico do uso da *hashtag* #MeToo, em Portugal ou com referências a Portugal, o início não se dá com as alegações de violação contra Cristiano Ronaldo em 2018, mas em 2017, embora com pouca expressão, como se pode ver na Figura 6.1. Nesse ano, destaca-se a partilha esporádica e breve de histórias individuais (ligadas quer a questões legislativas de assédio de rua em Portugal, quer ao aparecimento do fenómeno na imprensa em Portugal). Adicionalmente, a nomeação do movimento como «Personalidade do Ano» pela revista *Time* confere-lhe, de forma residual, uma maior visibilidade. Em 2017, são ainda de sublinhar o surgimento do tópico em relação ao *WebSummit* e a tendência para a partilha de *links* para *tweets* com histórias de outra pessoa, junto com a *hashtag* mas sem ser como *retweet*; bem como a existência crescente de *tweets* reacionários (alguns com ligações para *blogs*) vindos de Portugal.

Figura 6.1 Números de *tweets* com a *hashtag* #MeToo, em Portugal ou com referências a Portugal, 2017–2022, agrupados por mês.



Fonte: Gráfico elaborado através da plataforma *4cat*, sobre *dataset* de *tweets* recolhido pelas autoras.

Em 2018, a sociedade civil começa a organizar-se em resposta à atenção mediática e mobilização crescentes nas redes sociais do #MeToo, incluindo peças de opinião de mulheres com projeção internacional, como Margaret Attwood e Catherine Deneuve. Porém, a viralidade do termo começa a criar instabilidade na sua apropriação, sendo usado para falar de várias formas de discriminação de género, por parte da imprensa. Durante este ano, o festival da Eurovisão e casos de falsas denúncias de assédio no mundo desportivo ganham algum destaque. Contudo, seriam as acusações de Kathryn Mayorga contra Cristiano Ronaldo que viriam a ter maior expressão, parecendo potenciar o crescimento do número de *tweets*, bem como do uso da *hashtag* para fins de descrédito do movimento, do feminismo em geral, e de Mayorga em específico. Pontualmente, neste ano, existem referências pessoais, menções a pessoas famosas, e outras referências dignas de nota, como o debate organizado pelo programa *Prós & Contras* sobre o #MeToo, que é referido primariamente por causa do debate sobre educação infantil e consentimento,³ ou a marcha feminista de 25 de Novembro.

O ano seguinte vê nascer uma série de iniciativas (legislativas e ativistas) tanto nacionais como internacionais, bem como repercussões políticas formais, ligadas ao #MeToo. Em Portugal, debate-se a lei do consentimento sexual e surge a Greve Feminista pelo movimento 8M; Sharon Stone menciona o #MeToo numa entrevista publicada na *Vogue Portugal*; António Guterres vê-se envolvido num escândalo de ocultação de alegações contra um político do Saara Ocidental, entre outros tópicos. É também neste ano que se começam a investigar acusações contra a Igreja Católica por violência sexual contra crianças, um tema que domina fortemente o uso da *hashtag*. O cinema manifesta-se: são lançados um filme sobre a comunidade alentejana de Tamera, e um ciclo de cinema israelita, ambos em torno do #MeToo.

O ano de 2020 viu uma queda acentuada do uso da *hashtag*, oscilando entre a identificação de notícias sobre denúncias nacionais e internacionais, e a opinião a descredibilizar o movimento. Em outubro, a *hashtag* volta a circular mais intensamente, uma vez que é lançado o projeto «Mobiliza-te contra o sexismo», liderado pela Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, por entre algumas (poucas) referências a outras situações a nível nacional e internacional.

³ Por uma questão de transparência, devemos informar que esse debate se centrou, na altura, em torno de intervenções feitas no programa por uma das pessoas que está em co-autoria deste capítulo.

É a partir de 2021 que se começa a falar, nos EUA, de uma «segunda vaga do #MeToo», com uma inflexão focada na violência na intimidade. Muitos dos *tweets* são motivados pelo regresso à agenda mediática das acusações de Tanya Selvaratnam, bem como uma onda de acusações contra Andrew Cuomo. Isto empalidece face à atividade no Twitter que se segue às denúncias de Sofia Arruda, com os primeiros *tweets* sobre isso datados de 14 de abril, nos quais várias pessoas dizem ver o movimento «chegar» a Portugal, e outras tantas descreem disso. Aqui vemos, por fim, um aumento considerável de estórias individuais a serem partilhadas na primeira pessoa com recurso à *hashtag*, embora rapidamente as acusações de outra figura pública — Catarina Furtado — dominem a conversa, acompanhadas de grande produção jornalística sobre o tema, depois partilhada no Twitter. O foco da esfera pública cresce ainda mais com a rápida sucessão de um *cartoon* de Nuno Markl que viraliza nas redes sociais, um debate na RTP no programa *É ou Não É* (por vezes apresentado como sendo o primeiro, ignorando o debate do *Prós & Contras* em 2018), um debate organizado pelo PAN e transmitido pela internet, os programas *Perguntar Não Ofende* e *Agora Europa*, este último focado sobre as experiências de mulheres brasileiras em Portugal). Também aumenta o reacionarismo, com vários comentadores a procurarem encontrar nas pertenças partidárias das pessoas acusadas a razão do aparente falhanço do #MeToo enquanto movimento social, ou mesmo anunciando a sua «morte».

Não demora que a conversa se reduza, mas não desapareça, depois das acusações do ano anterior. No entanto, a *hashtag* volta a ser relevante em ligação a vários casos institucionais que se vão sucedendo ao longo de 2022, quer associados à academia (e a denúncias contra professores), quer à Igreja Católica (e ao abuso sexual de crianças). Surgem também referências a estudos que olham para o #MeToo numa perspetiva comparativa (Galiza/Portugal) e interseccional (mulheres brasileiras em Portugal); posturas reacionárias com referências a Johnny Depp ou, de novo, a como o alinhamento político-partidário de alguns dos acusados funcionaria, supostamente, como explicação para a ausência de força do #MeToo em Portugal, retirando assim qualquer agenciamento ativista às pessoas envolvidas nas denúncias e no feminismo português.

Este breve sumário não chega para se compreender o volume, a intensidade e as redes de *tweets* e *retweets* estabelecidas durante estes anos — razão pela qual apresentamos agora os dados quantitativos sobre as redes de atores e as principais tendências de produção e interação discursiva no Twitter.

Em números: O #MeToo em Portugal

Após a recolha e tratamento dos dados, e uma vez que foram utilizadas palavras-chave para obtenção das informações, iniciamos a sua análise através da consulta da frequência de palavras, representada na figura 6.2.

Figura 6.2 Nuvem de palavras nos *tweets* com a *hashtag* #MeToo, em Portugal ou com referências a Portugal, 2017–2022



O tamanho representa visualmente a frequência relativa de cada palavra.

Fonte: Elaboração própria com recurso ao *software Gephi*, sobre *dataset* de *tweets* recolhido pelas autoras.

Esta nuvem de palavras permite, de uma forma geral, visualizar as palavras que caracterizam o estudo. Quanto maior a frequência da palavra nos *tweets*, maior é a sua representação gráfica. Como seria de esperar, as palavras MeToo e Portugal são as mais frequentes, uma vez que ambas faziam parte dos critérios de recolha dos dados. Além disso, podemos também verificar que palavras como assédio, Arruda, movimento, entre outras, são das mais usadas neste *corpus*, pertencendo todas elas ao léxico em estudo. É ainda relevante notar a presença de uma palavra (neste caso, usada como *hashtag*, #rabiscosmarkl), pertencente a um dos *tweets* mais partilhados e com mais alto nível de interação do *corpus*, e que corresponde a um *cartoon* da autoria de Nuno Markl. Esta *hashtag* (que não é, no sentido literal, uma palavra) surge aproximadamente com o mesmo nível de frequência de todas e quaisquer referências textuais a Sofia Arruda (capturadas pela presença de ambas as palavras na nuvem da Figura 6.2). Podemos aqui ver um efeito direto de como o meta-discurso em torno do #MeToo (dentro do qual cai um *cartoon*) consegue constituir-se como uma parte fundamental da experiência de utilização da *hashtag*.

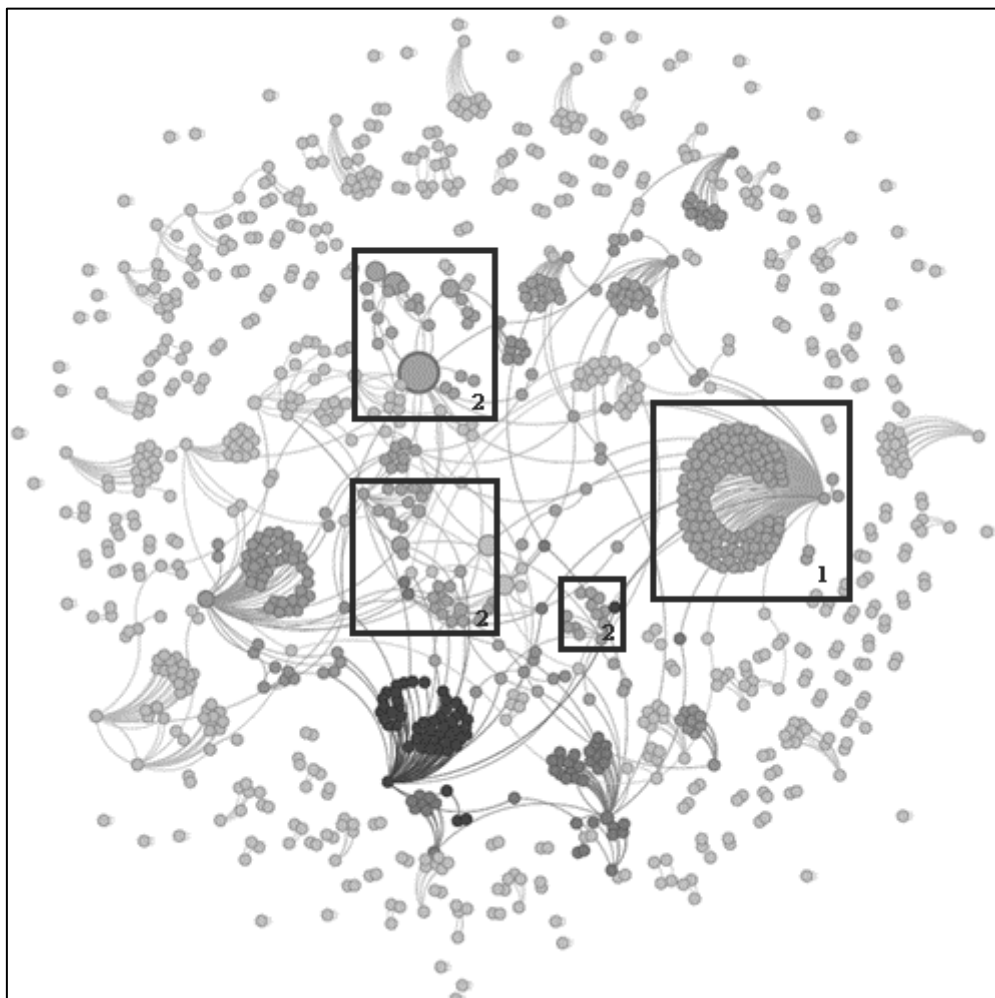
Tomando esta representação gráfica dos dados recolhidos como ponto de partida, foi analisada se esta discussão no Twitter está a ser alimentada por novas publicações ou pela partilha de publicações já existentes. Nesse sentido, foi elaborada uma tabela de adjacência com os identificadores pseudonimizados dos utilizadores que fazem parte deste *corpus*, onde cada identificador é um vértice. As relações que se estabelecem entre eles permitem criar o mapa relacional que se encontra na Figura 6.3. Este grafo de rede, obtido usando o *software* de código aberto *Gephi*, é constituído por 1117 nós e 1057 arestas. O primeiro passo da organização do grafo foi a distribuição dos nós utilizando o algoritmo *Force Atlas*, que coloca os nós com maior número de conexões no centro, e aqueles com menor número ou sem conexões nas bordas. Além da evidente interação e partilha de *tweets*, verifica-se a presença de vários utilizadores, representados nas bordas da rede que, embora não tendo interação com os restantes, estão também a contribuir para a discussão sobre o #MeToo em Portugal.

Após esta primeira organização dos dados, optamos por ordenar o tamanho dos círculos que representam os nós pelo valor de centralidade de intermediação (*betweenness centrality*), que mede para cada nó a frequência com que esse nó detém «caminhos» mais curtos (i.e., menores sequências de «passos» intermédios) para acesso aos outros nós, na totalidade da rede. Esta é uma das medidas mais importantes na análise de redes, pois permite, neste caso, captar o papel de um determinado utilizador no tráfego da rede. Quanto maior a centralidade de intermediação de um nó, maior a sua capacidade de difundir a informação através da totalidade da rede. Aqui, verifica-se que existe um determinado utilizador que se destaca claramente dos restantes, o que significa que teve um papel fulcral na discussão do movimento #MeToo e na difusão da informação pelos restantes utilizadores no Twitter, durante um certo período.

No grafo da Figura 6.3. é possível observar que os diferentes nós estão organizados seguindo o coeficiente de agrupamento, uma medida de grau em que cada nó individualmente se agrupa aos nós vizinhos formando comunidades. Significa isto que um coeficiente de 1 indica que cada nó está totalmente conectado enquanto o coeficiente 0 indica que não existe qualquer conexão com os nós circundantes. Por outro lado, um valor alto de modularidade indica uma rede com uma complexa estrutura de comunidades internas.

O coeficiente de modularidade desta rede é de 0,88, o que nos indica que existe uma maior intensidade de relações entre os nós presentes em cada comunidade, em comparação com a intensidade entre nós que não fazem parte das respetivas comunidades.

Figura 6.3 Rede formada pelos utilizadores do Twitter que participaram nas discussões geradas com a *hashtag* #MeToo, em Portugal ou com referências a Portugal, 2017–2022



O tamanho dos círculos representa o grau de centralidade de intermediação (*betweenness centrality*) dos nós.

Fonte: Elaboração própria, com recurso ao *software Gephi* sobre *dataset* de *tweets* recolhido pelas autoras.

Perante os resultados acima, é possível verificar que a dinâmica social que o #MeToo engendrou no contexto português é vastamente diferente daquela que está na origem do movimento, nos EUA. Se, por um lado, temos várias pessoas que não se conectam entre si a utilizar a *hashtag* — contrariamente ao que seria de esperar no que é suposto ser um movimento descentralizado e distribuído (Hansson et al., 2021), em que o anonimato parcial é mais uma característica do que um problema —, é igualmente verdade que podemos encontrar um número extremamente pequeno de polos de agregação da maior parte das interações, o que é reforçado pelo elevado grau de segmentação estrutural acima referido. Este pequeno número de polos de agregação permite-nos concluir que existe um número extremamente limitado de atores sociais que dominam a esfera conversacional do #MeToo. Ora, esta concentração discursiva

apresenta-se ao arrepio do que era suposto ser a lógica original do movimento: uma mudança de perceção trazida pelo volume assoberbante de histórias semelhantes partilhadas por pessoas que não têm qualquer ligação direta entre si. Dois destes polos, acima representados a cinzento escuro, um à direita, com um formato em «C» e identificado no quadrado 1, e outro no centro da imagem, a cinzento mais claro, mais disperso por entre os vários quadrados 2, não correspondem a utilizadores cujos *tweets* tenham que ver com denúncia direta através de uma narrativa própria, mas sim com a amplificação de peças jornalísticas e comentários sobre outras situações relatadas por terceiras pessoas, ou com o supracitado *cartoon* de Nuno Markl. A isto se acrescenta o facto de estes dois nexos discursivos apenas existirem num período relativamente curto (entre o fim de 2021 e meados de 2022) da nossa análise, ao invés de se constituírem como uma presença constante ao longo de toda a linha temporal.

A análise quantitativa não dispensa, porém, a leitura dos *tweets*. É nesse sentido que, de seguida, vamos olhar mais de perto para como é que o #MeToo se constituiu em Portugal durante o período em análise.

#MeToo «à portuguesa»: Uma ontologia em crise

Para responder à questão da existência (ou não) e natureza (ou falta de especificidade) nacional do #MeToo em Portugal foram isolados 113 *tweets* específicos. E ainda que esta seja apenas uma pequena parte do total do *corpus*, e de a análise que se segue ser qualitativa, é importante notar que vários dos *tweets* incluídos nesta amostra são também dos mais mobilizados — um deles conta, por exemplo, com 832 *likes* e 83 *retweets*; e a totalidade desta amostra conta com mais de 3.000 interações, o que representa quase 10% da totalidade das interações do *corpus* total. O mesmo é dizer que a discursivização sobre a ontologia do #MeToo constituiu, na prática, uma parte relevante do #MeToo em si, pelo menos quando visto a partir da perspetiva do uso da *hashtag*.

O elemento mais saliente de vários dos *tweets* é o da *espacialização* da forma como várias pessoas percecionam o #MeToo. A retórica que domina claramente o *corpus* circula em torno de uma palavra: «chegar». Assim, muitos dos *tweets* versam sobre diversas variações da chegada (tardia) do #MeToo a Portugal (cf. Afonso, 2021). Esta conceção do #MeToo toma-o como um *objeto* ou uma entidade que se origina num determinado espaço — externo — e que se propaga. Esta propagação é muitas vezes apresentada como imanente: ou seja, o #MeToo é entendido, na maior parte dos *tweets*, como um agente próprio: é o #MeToo que chega, e não que é feito chegar. Há também

uma possível lógica de contágio por detrás desta narrativa, uma vez que alguns *tweets* apontam precisamente o não-chegar como uma lacuna, ou como uma influência cultural que não afetou (i.e., não chegou a) Portugal. Dentro desta lógica, cabem também as denúncias reacionárias do #MeToo como o resultado de uma importação vinda dos EUA (Garraio et al., 2020), reforçando não só o seu estatuto como objeto tangível como também as metáforas economicistas (e.g., «importação»).

Uma outra forma de enquadrar a ontologia do #MeToo em Portugal é a do *acontecimento*: remete para um processo em curso, para uma dinâmica que *está a* chegar ou, de acordo com alguns *tweets*, que *está a* arrancar ou a iniciar-se. Estes *tweets* são parcialmente coincidentes com os (poucos) que usam explicitamente o conceito de «movimento», no sentido de «movimento social». São também estes que mais claramente exprimem o #MeToo como uma série de ações desempenhadas por diferentes agentes sociais, e que, justamente, só existe na medida em que esses agentes sociais sejam capazes e estejam preparados para realizar essas ações.

Um terceiro enquadramento foca-se no tempo, e não no espaço, embora de uma forma aparentemente em contraponto com a ideia de movimento — #MeToo como um *momento*. A construção da natureza deste momento é feita de duas formas diferentes: uma mais estática, em que o #MeToo é visto como algo que *está a* acontecer no imediato e que, portanto, não vive para além do preciso momento em que se manifesta; e outra mais dinâmica ou projetiva, em que o momento de enunciação é visto como uma marca de quebra ou descontinuidade. Esta descontinuidade seria, então, a que se obtém entre um Portugal pré-#MeToo e um Portugal pós-#MeToo.

Porém, o que temos listado até agora são considerações sobre uma potencial ontologia do #MeToo, e não do #MeToo *em Portugal*, especificamente. Para além da (inferida) relação de exterioridade entre Portugal e o #MeToo, existem formas concretas que nos ajudam a entender a especificidade portuguesa do #MeToo, tal como reportada pelo *twitterverse*.

A ideia de um #MeToo «à portuguesa» está presente em variados *tweets* e exprime-se de muitas formas diferentes. No entanto, existe um ponto em comum, que é a de uma tendência para ver essa natureza nacional como sendo principalmente negativa, embora com *nuances* diferentes, e cruzando-se frequentemente com as características ontológicas acima mencionadas.

A primeira dessas formas tem que ver com a relação entre o #MeToo em Portugal e o tempo: o movimento é visto como estando «em atraso» ou tendo «chegado atrasado»,

como sendo quase messianicamente «aguardado» (cf. Cantinho, 2021; Gouveia, 2021). Em articulação com estas avaliações negativas, mas ainda esperançosas, existem também outras pessoas que afirmam que o #MeToo «ainda não chegou» ou mesmo que não vai chegar, ampliando a noção de que é pela ausência ou insuficiência que o movimento (não) marca a sua presença.

Uma outra relação entre #MeToo, Portugal e temporalidade também se estabelece através do contexto cronológico dos *tweets*. Um dos aspetos mais salientes do *corpus* é a sua relativa homogeneidade temporal. Isto é, o #MeToo é visto como ainda não tendo chegado, ou estando a chegar, tanto em 2022 como em 2017. Multiplicam-se, ao longo dos *tweets* recolhidos, as referências à chegada como sendo algo da ordem do aqui-e-agora — mesmo quando esse presente está dilatado ao longo de vários anos. Processa-se um constante movimento de apagamento histórico e da memória ativista, de presentificação das narrativas (e de redes) sociais que rapidamente esquece o muito recente passado, comprimindo assim a própria noção do que é contemporâneo ao movimento, do que o movimento constitui, e dificultando, portanto, que se produza, estabilize ou reforce um sentido de identidade para o mesmo. Paradigmático disso é como vários *tweets* anunciam, por *duas vezes*, com cerca de três anos de permissão, a *primeira* chegada do tema #MeToo à televisão portuguesa.

Porventura, esta dificuldade de retenção mnésica é um dos fatores que explica uma outra faceta da construção ontológica do #MeToo «à portuguesa»: a sua impossibilidade de consubstanciação. Vários dos *tweets* recolhidos garantem que a existência de um movimento ou de uma chegada do #MeToo a Portugal é impossível ou de difícil implementação. Nesse grupo de *tweets*, encontra-se o *link* para um famoso artigo de opinião (J. M. Tavares, 2018), onde o articulista defende que o #MeToo deveria ficar conhecido pela forma como se pronuncia em português: «mito». As razões dadas nos *tweets* que adotam esta visão são variadas, mas muitas delas têm que ver com características que são imputadas à cultura portuguesa (em termos de contestação ou de alocação de poder social entre quem denuncia e quem é denunciado). Assim, essas características (entendidas ora como mais intrínsecas, ora como mais contextuais), seriam a lente através da qual o #MeToo poderia ter existência dentro do país, mas também a razão fundamental pela qual a existência de um #MeToo estaria, no melhor dos casos, perigada. Do mesmo modo, também a ideia de um «atraso» no #MeToo é por vezes tida como parte da matriz nacional — como algo tradicionalizado em Portugal, expectável e

que fará inescapavelmente com que este movimento não possa ter impacto social, legal ou judicial no país.

Alguns *tweets* são mais detalhados: ao invés de excluírem, à partida, a possibilidade da existência do movimento, anunciam a sua morte ou o seu falhanço. Frequentemente, isto passa por considerações sobre a economia política dos *media* em Portugal. Quer isto dizer que, na medida em que se identifica frequentemente que o campo mediático é fundamental para o (in)sucesso do movimento, as condições de putativa complacência ou cumplicidade entre algumas das figuras visadas e o *establishment* mediático português (geralmente definido de forma difusa, ou através de insinuações), fariam com que o movimento não reunisse, em Portugal, as condições para se cimentar e desenvolver. Similares a estas acusações de compadrio estão as de «instrumentalização do movimento» — ou seja, de que o surgimento de algumas das acusações teria como objetivo a fragilização política de certas figuras (que, dependendo do *tweet* em questão, são identificadas como sendo «de esquerda» ou «de direita»).

Temos então, até aqui, a análise das diferentes formas ontológicas que o #MeToo toma, entendido através dos discursos dos *tweets*, e a análise da sua existência (ou não) em Portugal em associação às características dessa própria portugalidade. Resta, portanto, entender qual a ontologia da manifestação do #MeToo em si — ou seja, que temas, enfoques ou ações fazem do #MeToo ele-mesmo?

Este tema é raramente abordado pelos *tweets*, mas é possível ver em função de que eventos ou notícias é que as pessoas que usam a *hashtag* falam sobre a vinda, ou movimento, ou ação, ou acontecimento, do que identificam como sendo o #MeToo — o contexto ao qual pertence o texto dos *tweets*. Aqui encontramos, tal como a literatura aponta sobre outros contextos nacionais, o discurso sobre o #MeToo maioritariamente associado à exposição pública de denúncias de alto perfil (e.g., Roqueta-Fernández & Caldeira, 2023; Silveirinha et al., 2020), que envolvem personalidades do desporto, da política, e também — em não pequena medida — da área das artes e espetáculo. Mais do que a partilha de narrativas — não que ela não exista — o devir #MeToo é efetivado quando surge (principalmente em órgãos de comunicação social *mainstream*) a discursivização ou identificação de casos concretos (geralmente identificados e nomeados) de assédio e violência sexual, bem como a mobilização da sociedade civil em torno desses mesmos casos.

Então, podemos compreender que, em Portugal, o #MeToo é entendido enquanto *mobilização da agenda mediática e da esfera pública para reflexões sobre violência*

sexual genderizada. Porém, e salvo raras exceções, essa mobilização e o seu (in)sucesso são geralmente avaliados através da forma como certos casos concretos são tratados nos *media*, uma vez que estes operam enquanto «termómetro» social. É nesse sentido que podemos entender então um certo pessimismo estrutural face ao #MeToo patente nos *tweets*. No entanto, isto quer também dizer que é preciso ler as manifestações do *twitterverse* em articulação com a investigação sobre a cobertura mediática portuguesa.

Compreender a crise ontológica do #MeToo em Portugal — o constante retorno, ao longo de vários anos, da interrogação «Será que é desta?» ou, para retomar o título deste capítulo, «#MeToo, és tu?» — é compreender o funcionamento cíclico do jornalismo na sua cobertura de eventos, a importância que este dá à produção da perceção de novidade ou diferença, e os efeitos de esquecimento que tal postura mediática acarreta.

Limitações e conclusões

Para retomar a pergunta de investigação, podemos então concluir que o #MeToo é paradigmático enquanto articulação glocal do ativismo feminista português. Dadas a posição de exterioridade constituída em torno da ideia de importação de tendências, e a naturalização de uma certa «portugalidade» no que diz respeito à forma de navegar culturalmente a violência sexual genderizada, o feminismo português investiu relativamente pouco tempo e energia em mobilizações coletivas descentralizadas. Ainda assim, a *hashtag* #MeToo foi efetivamente usada como lente de interpretação e interpelação de acontecimentos locais (e.g., na denúncia de Sofia Arruda), e a resposta social e institucional de Portugal face a situações publicamente expostas foi olhada numa perspetiva comparativa com outros países, usando as suas próprias iterações do #MeToo como ponto focal dessas comparações.

É, ainda assim, possível falar de um #MeToo «à portuguesa»? Consideramos que é mais adequado dizer que em Portugal se desenrolou, ao longo de vários anos, um *meta-#MeToo* «à portuguesa». Isto é: se considerarmos que o aspeto fundamental do movimento é a partilha descentralizada e semi-anonimizada de histórias consonantes, o que temos em Portugal é antes o comentário e a análise feitos à partilha de histórias, centrados em e contra figuras públicas, e centralizados por processos mediáticos institucionais. Esta conclusão está em linha com o que tem sido o ativismo *online* (feminista e não só) em Portugal, e as formas pouco sólidas, ou esporádicas, de limitada sustentação temporal e estrutural, de que este se tem revestido (cf. Caldeira, 2023; Caldeira & Machado, 2023; Marôpo et al., 2017; Roqueta-Fernández & Caldeira, 2023).

Também replica e amplifica uma cultura construída em torno do silêncio, realçada pelas narrativas do «decoro feminino» e do papel da imprensa enquanto representante de uma suposta opinião ou voz pública, heranças do Estado Novo.

Os *media mainstream*, em particular o jornalismo institucionalizado, acabam por organizar muita da visibilidade que lidera a discussão encontrada na *internet*. É em torno da partilha de notícias, ou do comentário de situações trazidas a lume por processos noticiosos, que muita da discussão acaba por se focar. Não que o espaço jornalístico seja o único em que isso acontece; porém, é simbólico que o *tweet* mais relevante do *corpus* (em função do número total de interações) seja um *cartoon* criado por um homem em jeito de comentário (de apoio) ao #MeToo, e não um testemunho que diga #MeToo.

É verdade que existiram, por entre os *tweets* recolhidos, algumas excecionais vozes críticas que consideraram que falar da «chegada» do #MeToo seria reduzir o assunto, como se se falasse da chegada de uma nova cadeia de lojas a Portugal. Não obstante, tais perspetivas são ultraminoritárias dentro do *corpus* e geraram pouquíssima interação no *Twitter*.

Assim, este estudo vem confirmar de forma exaustiva várias conclusões já publicadas sobre a manifestação do #MeToo em Portugal, que dizem respeito ao pouco impacto, à ligação entre *media* e ativismo, e às atitudes reacionárias que o movimento provocou (Garraio et al., 2020; Silveirinha et al., 2020; Sweeny, 2020, entre outras). O presente trabalho vem contribuir teoricamente e empiricamente para refutar o enquadramento do #MeToo como sendo organizado em função de «vagas», uma vez que, como demonstrado, se foi mantendo uma produção discursiva constante — de facto, consideramos que essa leitura é, para além de redutora, problemática pelas invisibilidades que perpetua, e pela forma como cede terreno analítico (no que diz respeito aos movimentos sociais) à forma como os *media* reportam esses mesmos movimentos sociais. Se é verdade que o #MeToo em Portugal esteve muito próximo das dinâmicas jornalísticas, não é verdade que se tenha esgotado nelas. Nesse sentido, este estudo apresenta uma visão muito mais completa — e, cremos, inédita até ao momento — sobre a totalidade do uso da *hashtag* (até ao fim de 2022).

Procurar mobilizar as categorias analíticas de Della Porta e Tarrow (2005) apresenta-nos algumas dificuldades. Por um lado, é evidente a existência de processos vários de *difusão*: a do uso da *hashtag*, a das notícias geradas em torno da denúncia de casos internacionais, e a da cobertura internacional de casos nacionais (nomeadamente, o que envolveu Cristiano Ronaldo). Poderemos falar de *domesticação*? Talvez — o tema

da violência sexual foi discutido enquanto fenómeno (também) nacional, e em torno de casos nacionais ou de eventos que dizem respeito a acontecimentos portugueses; não obstante, essa domesticação não chegou ao nível linguístico, como se viu pela falta de uso de #EuTambém. Ao mesmo tempo, também nos parece que a possibilidade ou impossibilidade de domesticação do #MeToo foi, na verdade, aquilo que acabou por constituir o que chamámos antes de um *meta-#MeToo «à portuguesa»*. Ao contrário, porém, do que Della Porta e Tarrow comentam, a domesticação é parcialmente vivida como ameaça, e parcialmente como impossibilidade, mais do que como uma estratégia propositadamente seguida ou pretendida. Adicionalmente, também não encontramos evidências claras e preponderantes de *externalização* — as referências que surgem a entidades ou corpos sociais que transcendem o nível nacional são, na generalidade, de carácter mais proto-sociológico, tendo que ver com a ideia de patriarcado e machismo enquanto elementos estruturantes da realidade social, e não com problemas específicos que possam ser resolvidos primariamente por via institucional.

As limitações deste estudo são verdadeiramente parte constitutiva das conclusões. A recolha do material empírico focou-se, como referido, no uso de duas *hashtags* (#MeToo e #EuTambém). Isso quer dizer que não foram recolhidos todos os *tweets* aos quais não foram apenas essas *hashtags*, ainda que tenham feito parte da conversa, ou até mesmo surgido como respostas a *tweets* que as continham (destacando-se um *link* para um *tweet* de uma história de violência sexual contada na primeira pessoa, cuja autora optou por não usar a *hashtag*). Seria um equívoco confundir o uso desta *hashtag* com a totalidade da existência de iniciativas — mais ou menos organizadas e mais ou menos difusas por entre a esfera pública — de divulgação de narrativas sobre violência de género, sendo que se identificaram *tweets* (que não foram analisados aqui) com níveis mais elevados de *engagement* do que alguns dos que fazem parte do *corpus*, e que provocaram outras respostas que em tudo se assemelhavam à dinâmica do #MeToo — mas sempre sem a *hashtag*.

Há, portanto, um caminho a percorrer ainda pela investigação, para além de dar conta de recentes desenvolvimentos que, novamente, tornam o #MeToo mediaticamente relevante (J. A. Cardoso, 2024): uma exploração aprofundada das dinâmicas de partilha de estórias *online*, e dos processos de negociação de visibilidade e invisibilidade associados. O que este estudo permite fazer, esperamos, é criar uma base e um modelo de análise que sirva de suporte à construção de um complexo mosaico de formas de participação cívica, nas suas intensidades e nos seus quase silêncios.

Referências

- Afonso, C. (2021-11-05). Como é que se diz «Me Too» em português? *Expresso*.
<https://expresso.pt/opiniao/2021-05-11-Como-e-que-se-diz-Me-Too-em-portugues--a5b0b5ff>
- Almeida, S. L. (2019). *O potencial comunicativo do movimento social do #metoo no jornalismo de referência português: Estudo de caso do jornal Público nos anos de 2017 e 2018* [Master's Dissertation, ISCTE - IUL]. Repositório do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10071/19387>
- Babo, I., & Silva, C. T. (2015). Public sphere and collective action. The Portuguese movement of the «15th September». *Mediterranean Journal of Social Sciences*.
<https://doi.org/10.5901/mjss.2015.v6n6s5p425>
- Baer, H. (2016). Redoing feminism: Digital activism, body politics, and neoliberalism. *Feminist Media Studies*, 16(1), 17–34.
<https://doi.org/10.1080/14680777.2015.1093070>
- Baik, J. M., Nyein, T. H., & Modrek, S. (2022). Social media activism and convergence in tweet topics after the initial #MeToo movement for two distinct groups of Twitter users. *Journal of Interpersonal Violence*, 37(15–16), NP13603–NP13622. <https://doi.org/10.1177/08862605211001481>
- Bennett, W. L., & Segerberg, A. (2012). The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics. *Information, Communication & Society*, 15(5), 739–768. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2012.670661>
- Berger, S., & Scalmer, S. (Eds.). (2018). *The Transnational Activist: Transformations and Comparisons from the Anglo-World since the Nineteenth Century*. Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-66206-0>
- Boyd, A., & McEwan, B. (2022). Viral paradox: The intersection of “me too” and #MeToo. *New Media & Society*, 146144482210991.
<https://doi.org/10.1177/14614448221099187>
- Caldeira, S. P. (2023). The Pluralization of Feminist Hashtag Landscapes: An Exploratory Mapping of Feminist Hashtags on Portuguese Instagram. *Social Media + Society*, 9(2), 205630512311716.
<https://doi.org/10.1177/20563051231171638>

- Caldeira, S. P., & Machado, A. F. (2023). The red lipstick movement: Exploring #vermelhoembalem and feminist hashtag movements in the context of the rise of far-right populism in Portugal. *Feminist Media Studies*. Scopus.
<https://doi.org/10.1080/14680777.2023.2166971>
- Cammaerts, B. (2007). Activism and Media. Em B. Cammaerts & N. Carpentier (Eds.), *Reclaiming the Media: Communication rights and democratic media roles* (1. publ, pp. 217–224). intellect.
- Cantinho, M. J. (2021-05-06). Da sedução ao assédio. *Público*.
<https://www.publico.pt/2021/05/06/opiniao/noticia/seducacao-assedio-1961255>
- Cardoso, D. (2019). The political is personal: The importance of affective narratives in the rise of poly-activism. *Sociological Research Online*.
<https://doi.org/10/gf3spb>
- Cardoso, J. A. (2024-11-12). Cerca de 80 denúncias de assédio no jazz português recebidas em poucos dias. *Público*.
<https://www.publico.pt/2024/11/12/culturaipsilon/noticia/cerca-80-denuncias-assedio-jazz-portugues-recebidas-dias-2111434>
- Castells, M. (2007). Communication, power and counter-power in the network society. *International Journal of Communication*, 1, 238–266.
- Castillo de Mesa, J., Marcuello-Servós, C., López Peláez, A., & Méndez Domínguez, P. (2021). Social work and digital activism: Sorority, intersectionality, homophily and polarisation in #MeToo. *Alternativas. Cuadernos de Trabajo Social*, 28(2), 351. <https://doi.org/10.14198/ALTERN2021.28.2.09>
- Cerqueira, C., Taborda, C., & Pereira, A. S. (2023). #MeToo em Portugal: Uma análise temática do movimento através de artigos de opinião. *Cuadernos.info*, 55, 1–21.
<https://doi.org/10.7764/cdi.55.57013>
- Clark-Parsons, R. (2021). «I SEE YOU, I BELIEVE YOU, I STAND WITH YOU»: #MeToo and the performance of networked feminist visibility. *Feminist Media Studies*, 21(3), 362–380. <https://doi.org/10.1080/14680777.2019.1628797>
- Crary, J. (2014). *24/7: Late capitalism and the ends of sleep* (paperback ed). Verso.
- Crary, J. (2022). 3. Em *Scorched earth: Beyond the digital age to a post-capitalist world* (pp. 94–132). Verso.
- De Benedictis, S., Orgad, S., & Rottenberg, C. (2019). #MeToo, popular feminism and the news: A content analysis of UK newspaper coverage. *European Journal of Cultural Studies*, 22(5–6), 718–738. <https://doi.org/10.1177/1367549419856831>

- Della Porta, D., & Tarrow, S. G. (2005). Transnational processes and social activism: An introduction. Em D. Della Porta & S. G. Tarrow (Eds.), *Transnational protest and global activism* (pp. 1–17). Rowman & Littlefield Publishers.
- DIGITAL 2018: PORTUGAL. (2018). We are Social & Hootsuite.
<https://datareportal.com/reports/digital-2018-portugal>
- Fileborn, B., & Loney-Howes, R. (2019). Introduction: Mapping the emergence of #MeToo. Em B. Fileborn & R. Loney-Howes (Eds.), *#MeToo and the politics of social change* (pp. 1–18). Springer International Publishing.
https://doi.org/10.1007/978-3-030-15213-0_1
- Fuchs, C. (2011). *Foundations of critical media and information studies*. Routledge.
<http://public.eblib.com/choice/publicfullrecord.aspx?p=668751>
- Garraio, J., Santos, S. J., Amaral, I., & Carvalho, A. de S. (2020). The unimaginable rapist and the backlash against #MeToo in Portugal. *EuropeNow, special feature: Me who? The audibility of a social movement*.
<https://www.europenowjournal.org/2020/03/09/the-unimaginable-rapist-and-the-backlash-against-metoo-in-portugal/>
- Gerbaudo, P. (2012). *Tweets and the streets: Social media and contemporary activism*. Pluto Press.
- Gitlin, T. (2012). *Letters to a young activist*. Basic Books.
- Gouveia, H. F. (2021-05-03). O silêncio cúmplice dos não-inocentes. *Público*.
<https://www.publico.pt/2021/05/03/sociedade/noticia/silencio-cumplice-naoinocentes-1960959>
- Hansson, K., Pargman, T. C., & Bardzell, S. (2021). Materializing activism. *Computer Supported Cooperative Work (CSCW)*, 30(5–6), 617–626.
<https://doi.org/10.1007/s10606-021-09412-5>
- Kaufman, M. R., Dey, D., Crainiceanu, C., & Dredze, M. (2021). #MeToo and Google inquiries into sexual violence: A hashtag campaign can sustain information seeking. *Journal of Interpersonal Violence*, 36(19–20), 9857–9867.
<https://doi.org/10.1177/0886260519868197>
- Loney-Howes, R., Mendes, K., Fernández Romero, D., Fileborn, B., & Núñez Puente, S. (2022). Digital footprints of #MeToo. *Feminist Media Studies*, 22(6), 1345–1362. <https://doi.org/10.1080/14680777.2021.1886142>

- Luppi, B. (2021). *O movimento #MeToo como estratégia de comunicação global de mulheres vítimas de assédio sexual* [Master's Dissertation, UBI]. uBibliorum - Repositório Digital da UBI. <http://hdl.handle.net/10400.6/11961>
- Magalhães, V. (2021). O movimento #MeToo: Argumentação, enviesamento e negação polémica. *Language and Law=Linguagem e Direito*, 8(2), 86–103. https://doi.org/10.21747/21833745/lanlaw8_2a5
- Mariano, F. (2011). *As mulheres e a I República*. Caleidoscópio.
- Marôpo, L., Silva, M. T. da, & Magalhães, M. (2017). Feminismo online em Portugal: Um mapeamento do ativismo em Facebook. Em S. Pereira & M. Pinto (Eds.), *Literacia, Media e Cidadania—Livro de Atas do 4º Congresso* (pp. 280–293). CECS-UMinho.
- Martin, B. (2007). Activism, social and political. Em G. L. Anderson & K. G. Herr (Eds.), *Encyclopedia of Activism and Social Justice* (pp. 19–27). Sage.
- Mendes, K., Ringrose, J., & Keller, J. (2018). #MeToo and the promise and pitfalls of challenging rape culture through digital feminist activism. *European Journal of Women's Studies*, 25(2), 236–246. <https://doi.org/10.1177/1350506818765318>
- Nau, C., Zhang, J., Quan-Haase, A., & Mendes, K. (2022). Vernacular practices in digital feminist activism on Twitter: Deconstructing affect and emotion in the #MeToo movement. *Feminist Media Studies*, 1–17. <https://doi.org/10.1080/14680777.2022.2027496>
- Nilsson, B., & Lundgren, A. S. (2021). The #MeToo movement: Men and masculinity in Swedish news media. *The Journal of Men's Studies*, 29(1), 8–25. <https://doi.org/10.1177/1060826520913613>
- Pinto, P. C. (2021-05-05). #MeToo. Queriam nomes? E agora, de que lado estão? *Expresso*. https://expresso.pt/blogues/bloguet_lifestyle/Avidadesaltosaltos/2021-05-05-MeToo.-Queriam-nomes--E-agora-de-que-lado-estao--d92ac206
- Prata, A. (2021). Caught in the wave: Sexual harassment, sexual violence, and the #MeToo movement in Portugal. *Kvinder, Køn & Forskning*, 2, 40–59. <https://doi.org/10.7146/kkf.v29i2.124895>
- Ropio, N. M., Nunes, R. R., & Calheiros, S. (2021-04-29). Vem aí um MeToo à portuguesa? Os casos, as denúncias e as consequências - ou falta delas. *Visão*. <https://visao.sapo.pt/atualidade/sociedade/2021-04-29-vem-ai-um-metoo-a-portuguesa-os-casos-as-denuncias-e-as-consequencias-ou-falta-delas/>

- Roqueta-Fernández, M., & Caldeira, S. P. (2023). Situating #MeToo: A comparative analysis of the movement in Catalonia and Portugal. *Media, Culture & Society*, 45(7), 1435–1452. <https://doi.org/10.1177/01634437231179351>
- Schradie, J. (2019). *The revolution that wasn't: How digital activism favors conservatives*. Harvard University Press.
- Silveirinha, M. J., Simões, R. B., & Santos, T. (2020). Him too? Cristiano Ronaldo and the news coverage of a rape case allegation. *Journalism Practice*, 14(2), 208–224. <https://doi.org/10.1080/17512786.2019.1693279>
- Starkey, J. C., Koerber, A., Sternadori, M., & Pitchford, B. (2019). #MeToo goes global: Media framing of silence breakers in four national settings. *Journal of Communication Inquiry*, 43(4), 437–461. <https://doi.org/10.1177/0196859919865254>
- Sweeny, J. (2020). The #MeToo movement in comparative perspective. *American University Journal of Gender, Social Policy & the Law*, 29(1, Article 2), 33–78.
- Tavares, J. M. (2018-10-04). Viva o #MeToo! (A não ser que atinja CR7). *Público*. <https://www.publico.pt/2018/10/04/sociedade/opiniao/viva-o-metoo-a-nao-ser-que-atinja-cr7-1846150>
- Tavares, M. (2011). *Feminismos: Percursos e desafios (1947-2007)*. Texto.
- Taylor, A. (2016). Against Activism. *The Baffler*, 30, 123–131.
- van Doorn, N. (2017). Platform labor: On the gendered and racialized exploitation of low-income service work in the «on-demand» economy. *Information, Communication & Society*, 20(6), 898–914. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2017.1294194>
- van Doorn, N. (2023). Liminal precarity and compromised agency: Migrant experiences of gig work in Amsterdam, Berlin, and New York City. Em I. Ness (Ed.), *The Routledge handbook of the gig economy* (pp. 158–179). Routledge.
- Wellman, B., & Rainie, L. (2013). If Romeo and Juliet had mobile phones. *Mobile Media & Communication*, 1(1), 166–171. <https://doi.org/10.1177/2050157912459505>

Daniel Cardoso¹²³ (elu/delu; they/them), tem um Doutoramento em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa, e é Prof. Associada na Universidade Lusófona, em Lisboa, Portugal, bem como Auxiliar Convivente na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. As suas áreas de investigação principais são as não-monogâmias consensuais, BDSM, género e sexualidades, jovens e novos media, e ciberculturas. O seu trabalho pode ser consultado em www.danielscardoso.net

Ana Sofia Pereira⁴, bolsista de Pós-Doutoramento no projeto de investigação FEMglocal. Concluiu o doutoramento Europeu em Ciências da Comunicação na Universidade Nova de Lisboa em 2020. É professora do ensino superior, investigadora integrada do CICANT, argumentista e realizadora, tendo recebido três apoios do ICA para desenvolvimento de projetos. Os seus interesses de investigação incluem estudos de género, cinema, comunicação e inclusão.

Carla Delgado⁵⁶, aluna de doutoramento em Comunicação e Ativismo da Universidade Lusófona. Gestora de Ciência e Tecnologia do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto desde 2017. Membro da Comissão Editorial das revistas científicas *Africana Studia* e *The Journal of US-Africa*. Os seus interesses de investigação é a análise de dados, o feminismo e a comunicação.

Carla Cerqueira⁷, doutorada em Ciências da Comunicação - Psicologia da Comunicação pela Universidade do Minho. É professora associada na Universidade Lusófona, diretora do Doutoramento em Comunicação e Ativismos e investigadora integrada no CICANT. É investigadora principal do projeto “FEMglocal – movimentos feministas locais: interações e contradições”, financiado pela FCT (PTDC/COM-CSS/4049/2021). Faz parte da direção da APEM - Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres e integra a Comissão de Ética da ECREA. Autora de livros, capítulos e artigos na área de género, feminismos, media e comunicação.

Célia Taborda⁸, Doutorada em História Contemporânea pela Faculdade de Letras e Humanidades da Universidade do Porto. Professora Associada e Subdiretora do Doutoramento em Comunicação e Ativismos na Universidade Lusófona do Porto, investigadora integrada no CICANT - Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias. Co-investigadora principal do projeto “FEMglocal - Movimentos feministas globais: Interações e Contradições” (PTDC/COM-CSS/4049/2021 / DOI 10.54499/PTDC/COM-CSS/4049/2021). Autora de livros, capítulos de livros e diversos artigos em revistas científicas nacionais e internacionais, também participou em várias conferências internacionais e nacionais, integrando diferentes comités científicos e organização de eventos.

¹ CICANT, Universidade Lusófona, Lisboa, Portugal, DOI 10.54499/UIDB/05260/2020

² NOVA FCSH, Lisboa, Portugal

³ Email de correspondência: danielscardoso@gmail.com

⁴ CICANT, Universidade Lusófona, Porto, Portugal, DOI 10.54499/UIDB/05260/2020

⁵ CICANT, Universidade Lusófona, Porto, Portugal, DOI 10.54499/UIDB/05260/2020

⁶ CEAUP – Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

⁷ CICANT, Universidade Lusófona, Porto, Portugal, DOI 10.54499/UIDB/05260/2020

⁸ CICANT, Universidade Lusófona, Porto, Portugal, DOI 10.54499/UIDB/05260/2020